

Violação será nefasta para o violador

N. 26/4/84

«Assinámos o Acordo de Nkomati, sabendo já que o acordo não podia senão ser respeitado por ambas as partes. A sua violação só pode trazer consequências nefastas para o violador» — disse Joaquim Chissano intervindo terça-feira na Assembleia Popular. A sua intervenção feita a propósito da aprovação pela A. P. do referido Acordo abriu um conjunto de observações que outros deputados fizeram. Eis na íntegra o discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros:

Sua Excelência Senhor Presidente da República, Senhores Deputados, Senhores Convidados,

Cabe-me aqui a tão agradável quanto honrosa tarefa de fazer a apresentação do projecto de resolução de ratificação do Acordo de Nkomati, em nome da Comissão Permanente da Assembleia Popular.

A emoção que invadiu cada moçambicano ao receber a notícia da celebração do Acordo de Não-Agressão e de Boa Vizinhança entre o nosso País e a República da África do Sul ainda é visível nos olhos de cada um de nós.

Isto significa que falar do Acordo de Nkomati é ainda hoje falar de algo muito agradável. E se-lo-á cada vez mais amanhã. Significa falar da vitória que não nos cansamos de festejar.

Ao mesmo tempo sentimos que falar de um acordo que no nosso País, e no mundo tem o alcance e a vastidão política, económica e social descrita por Sua Excelência o Presidente da República no seu discurso de 5 do corrente Abril, é falar de um assunto de grande seriedade. E por outro lado falar de um aspecto da vida da Nação Moçambicana, da vida da África e da humanidade inteira que exige de nós uma grande responsabilidade.

É óbvio que esta responsabilidade não poderá ser cabalmente assumida se deixarmos que o excesso da emoção de alegria a arrebate das nossas inteligências.

Temos que compreender que as perspectivas de paz que nos traz o Acordo de Nkomati não nos isentam dos grandes desafios que se apresentam à nossa frente.

O inimigo tenta por todos os meios utilizar o Acordo de Nkomati a seu favor e contra nós. Este é um dos desafios. Não o ignorávamos quando assinámos o acordo no dia 16 de Março. Mas quem poderia ter tomado tão pesada decisão sem lhe ter ponderado as consequências?

Só quem não teve a experiência de luta contra inimigos que se apresentaram sempre com táticas perdidas e variadas.

Nós não somos desses. Nós ponderamos na base de uma experiência de 20 anos consecutivos de luta sangrenta durante os quais a luta armada se combinava com a luta política, ideológica e diplomática.

E não foi apenas ponderação. Preparámos já de antemão as condições para que as manobras do inimigo nunca resultassem senão num fracasso. Assinámos o acordo sabendo já que o acordo não podia senão ser respeitado por ambas as partes. A sua violação só pode trazer consequências nefastas para o violador.

Não foi por acaso que desencadámos uma ofensiva militar no interior do nosso País contra os bandos armados a partir de 1982. Não foi por acaso que lançámos a ofensiva diplomática para ganharmos mais amigos no mundo. Este trabalho diplomático não podia ser mais honesto porquanto ele consistiu fundamentalmente em esclarecer uma política de Paz que nos guiou desde a nossa Independência. Aliás, uma política de Paz

que esteve sempre em frente da luta de libertação do nosso Povo. A Política de Paz sem a qual o Socialismo perde uma das suas características fundamentais.

Para vencermos este desafio neste momento não é de conselhos retardados que necessitamos. O que precisamos é a unidade de todo o nosso Povo no cumprimento do nosso dever. A Vigilância que nós preconizamos e a qual Vossa Excelência Senhor Presidente, teve o cuidado de apelar o povo a observar ao dirigir-se à população de Ressano Garcia minutos antes depois da cerimónia da celebração do acordo, é uma vigilância activa baseada em tarefas concretas onde cada moçambicano conhece claramente o seu papel. Uma maior solidariedade de todas as forças revolucionárias de ajudar-nos a vencer com maior facilidade este desafio. E uma solidariedade necessária.

O Acordo de Nkomati é o culminar dos esforços feitos conscientemente para concretizar a Iniciativa de Paz da República Popular de Moçambique. Não é uma aceitação de uma imposição vinda do exterior. É uma iniciativa com objectivos muito bem claros, o mais importante dos quais é a Defesa da Revolução Moçambicana.

Quem não pode regozijar-se connosco quando defendemos a Revolução?! Só os nossos inimigos. Talvez também os oportunistas de direita. É verdade que sempre existiram também os esquerdistas, os revolucionários míopes, que sempre se regozijam em aplaudir os nossos mortos.

Eles não hesitam em incitar-nos a morrer apenas para que nos possamos aplaudir como heróis. Agradecemos os seus aplausos quando estes se referem a sacrifícios úteis como foi no caso da Luta de Libertação do nosso País e como foi no caso do Zimbabwe. Mas devemos dizer-lhes que o nosso Povo não morre para se fazer aplaudir. Não morre para merecer estátuas. Estamos prontos a dar a vida, sim, quando a salvação da Revolução a exige. Ai, sim, a estátua dá vida eterna ao herói.

Hoje a revolução exige que prestemos a vida de todos os Moçambicanos incluindo aqueles que foram arrastados para o banditismo pela falsa propaganda inimiga trazendo-os de novo para junto do Povo no qual estarão integrados na luta contra o subdesenvolvimento, e pela sua própria dignidade.

Não poderei alongar-me muito sem correr o risco de deturpar as valiosas explicações sobre o significado e o valor do Acordo de Nkomati definidos no vosso discurso, Senhor Presidente, de 5 de Abril. Nele claramente demonstra-nos que a assinatura do Acordo de Paz só foi possível porque pela nossa acção revolucionária fizemos fracassar os intentos do inimigo de derrubar o Governo Popular e de travar o avanço da construção Socialista no nosso País.

Nele nos dá as orientações sobre o que devemos fazer para vencer todos os outros desafios que se apresentam em nossa frente.

Temos que eliminar a fome e a miséria, temos que eliminar os bandos armados. Estes são desafios que to-

mos que vencer a curto termo. A médio e a longo termo, temos que vencer o subdesenvolvimento e construir o socialismo.

Os sucessos que tivemos até hoje são o fruto da correcta definição dos nossos objectivos. Corresponderem à correcta definição da estratégia e tática adequadas para os alcançarmos. Corresponderem à escolha dos momentos mais oportunos para os aplicarmos.

Isto tudo foi possível porque Vossa Excelência soube dirigir o nosso Estado e dirigir-nos, a nós, Povo moçambicano, à altura das nossas expectativas quando vos elegemos para o nosso guia.

A Comissão Permanente da Assembleia Popular já o congratulou solenemente em 5 de Abril. O Povo, em geral, em muitas manifestações nos mais diversos recantos do País, continua a saudá-lo.

Mas permita-nos que repitamos os nossos agradecimentos e felicitações a Vossa Excelência como indicação de que as palavras que pronunciamos ainda não são suficientes para reconhecermos a grandeza da vossa obra.

Estamos neste momento renovando o nosso engajamento como Assembleia Popular de corresponder com acções práticas aos esforços abnegados de Vossa Excelência para levar a Revolução até à vitória final.

Estamos cientes que não é o Acordo de Nkomati em si que nos trará a felicidade. Não é ele que eliminará a fome. Não é ele que produzirá a riqueza.

O Acordo de Nkomati cria as condições para que os nossos esforços na produção tenham melhores resultados.

Somos nós quem deve aproveitar as condições criadas pelo acordo para eliminarmos o mais depressa possível o banditismo. Somos nós quem deve melhorar a nossa organização nos nossos lugares de trabalho para que possamos tirar o máximo rendimento dos nossos recursos materiais e humanos.

O primeiro passo será o cumprimento das tarefas que já recebemos para aplicar o Acordo de Nkomati.

Excelência,

Procederei agora com a vossa missão à leitura da proposta de resolução de ratificação deste importante acordo com a convicção de que em seguida aprová-la-emos unanimemente e com a aclamação correspondente ao nosso engajamento.